

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 10 de janeiro de 2019 às 07h53*  
*Seleção de Notícias*

## Terra - Notícias | BR

Propriedade Intelectual

<b>Representante de Comércio dos EUA diz que China prometeu comprar "volume substancial" de produtos .....</b>	<b>3</b>
--	----------

ECONOMIA

## UOL Notícias | BR

Patentes

<b>Ford supera Amazon e Google em registros de patentes nos EUA .....</b>	<b>4</b>
---	----------

## Tribuna de Minas Online | MG

Direitos Autorais

<b>Obras de Monteiro Lobato e outros grandes entram em domínio público .....</b>	<b>5</b>
--	----------

## Blog do Servidor - CorreioBraziliense.com.br | DF

Pirataria

<b>Responsável por recordes em apreensões, Receita Federal e seus servidores enfrentam cenário de desvalorização .....</b>	<b>9</b>
--	----------

VERA BATISTA

# Representante de Comércio dos EUA diz que China prometeu comprar "volume substancial" de produtos

ECONOMIA



Bandeiras dos EUA e da China 9/11/2018. REUTERS/Yuri Gripas

A China prometeu comprar "um volume substancial" de bens e serviços agrícolas, energéticos e manufaturados dos Estados Unidos, afirmou nesta quarta-feira o gabinete do Representante de Comércio dos EUA após o fim das negociações entre os dois países em Pequim.

Em comunicado que deu poucos detalhes sobre resultados específicos, o gabinete disse que ambos os lados discutiram "maneiras de alcançar equidade, reciprocidade e equilíbrio nas relações comerciais entre nossos dois países".

Autoridades dos EUA e da China também discutiram questões relacionadas à proteção de **propriedade intelectual** e a necessidade de que qualquer acordo que resolva a disputa comercial entre as duas maiores economias do mundo "forneça implementação completa sujeita a verificação e execução efetiva", disse o Representante de Comércio.

As reuniões desta semana foram as primeiras presenciais desde que os presidentes Donald Trump e Xi Jinping concordaram em dezembro com uma trégua de 90 dias na guerra comercial que afetou os mercados financeiros.

Se nenhum acordo for alcançado até 2 de março, Trump afirmou que dará continuidade ao aumento das tarifas de 10 para 25 por cento sobre 200 bilhões de dólares em importações chinesas, no momento em que a economia da China está desacelerando significativamente. Pequim já retaliou impondo tarifas sobre a importação de produtos dos EUA.

Empresas de ambos os países estão sentindo o impacto dos problemas provocados pelas tarifas. A Apple Inc abalou os mercados globais na semana passada ao cortar sua perspectiva de vendas, culpando a demanda fraca na China.

## Ford supera Amazon e Google em registros de patentes nos EUA

(Bloomberg) -- A Ford Motor pode ser uma gigante industrial de 115 anos, mas está à frente de empresas como Google, da Alphabet, e Amazon em um importante indicador de inovação.

A fabricante de veículos com sede em Dearborn, Michigan, EUA, entrou na lista das 10 maiores receptoras de patentes dos EUA no ano passado, com 53 a mais do que o Google e 88 a mais do que a Amazon, segundo análise de números do Escritório de Patentes e **Marcas** dos EUA realizada pela IFI Patent Claims Services, da Fairview Research. A Ford superou a Apple por 37 patentes.

De Detroit a Tóquio, as fabricantes de automóveis buscam se livrar da imagem de fabricantes tradicionais e se transformar em empresas de "mobilidade", injetando bilhões de dólares em tecnologia de carros autônomos e novos serviços de transporte para levar pessoas e mercadorias.

As 2.123 patentes recebidas pela Ford no ano passado representam o triplo das 707 obtidas em 2013. Entre os projetos de última geração da Ford está o pacto com o Walmart para testar um conceito de entrega de itens de supermercado. A Ford informou que planeja

lançar um veículo autônomo de propósito específico com um modelo de negócio de direção autônoma até 2021 e está testando carros autônomos desenvolvidos com a parceira Argo AI.

A Toyota Motor não fica atrás no que diz respeito a patentes. A fabricante de veículos japonesa ficou em 13º lugar, com 1.959 patentes, e informou na segunda-feira que dividiria com concorrentes sua tecnologia para um sistema de segurança automatizado. A Hyundai Motor ficou em 19º lugar, com 1.369, e a General Motors em 27º, com 1.046 patentes.

A Ford e duas empresas chinesas -- a fabricante de celulares e equipamentos de rede Huawei Technologies e a fabricante de telas BOE Technology Group -- foram as únicas entre as 20 primeiras a conseguir um aumento de dois dígitos no número de patentes recebidas, segundo análise da IFI.

--Com a colaboração de Keith Naughton.

Repórteres da matéria original: Susan Decker em Washington, sdecker1@bloomberg.net; Ryan Beene em Washington, rbeene@bloomberg.net

## Obras de Monteiro Lobato e outros grandes entram em domínio público

Um dos mais populares escritores brasileiros, Monteiro Lobato passou a ter sua obra em domínio público desde 1º de janeiro ()

Emília, Pedrinho, Narizinho, Dona Benta, Visconde de Sabugosa, Tia Nastácia: estes e outros personagens do "Sítio do Picapau Amarelo", a popular série de livros de Monteiro Lobato, estão livres para ganhar reedições por qualquer editora ou viver novas aventuras, sozinhos ou em grupo. Basta alguém ter uma ideia na cabeça e disposição para escrever novos livros, histórias em quadrinhos, produzir filmes, séries de TV, colocá-los em camisetas, xícaras ou o que der na telha, e sem precisar de autorização dos herdeiros do escritor paulista. Afinal, a prolífica obra do autor de "Caçadas de Pedrinho" e "Reinações de Narizinho" entrou em domínio público no último dia 1º de janeiro, respeitando a legislação brasileira que determina que a produção artística tem seus **direitos autorais** cessados no ano seguinte ao 70º aniversário da morte do artista - exceção feita a quem não tiver herdeiros, quando o copyright deixa de existir automaticamente. Como Monteiro Lobato morreu em 1948, a partir deste ano seus trabalhos podem ser publicados livremente por qualquer pessoa ou editora, assim como passar por adaptações, recriações e até mesmo protagonizar novas histórias.

O escritor nascido em Taubaté em 1882 faz parte de uma lista de artistas ao redor do mundo que passaram a ter suas obras - ou parte delas - em domínio público desde 1º de janeiro em vários países. Entre aqueles cujo prazo de proteção dos **direitos autorais** expirou estão o cineasta russo Sergei Eisenstein, autor do clássico "O encouraçado Potemkin"; as escritoras norte-americanas Zelda Fitzgerald (esposa do também escritor F. Scott Fitzgerald) e Gertrude Barrows Bennett, um dos primeiros grandes nomes da literatura de ficção científica e fantasia; e o poeta chileno Vicente Huidobro.

Liberado lá, protegido aqui

Mas a lista de artistas ou parte de suas obras em domínio público varia de um país para outro. Apesar de um acordo assinado em Berna (Suíça), em 1886, ter estabelecido que obras artísticas se tornam de domínio público 70 anos após a morte de seu criador (ou criadores), cada país é livre para estabelecer períodos ou critérios diferentes para a cobrança de **direitos autorais**, seja na literatura, música, cinema, artes plásticas ou outras formas de expressão.

O Brasil e dezenas de outras nações seguem o critério de sete décadas para expirar os **direitos autorais**, quando se torna livre a comercialização, adaptação e remixagem, entre outras, de obras de todo gênero criadas pelo artista, assim como novas histórias a partir de personagens anteriormente protegidos por copyright. Mas a Nova Zelândia, Uruguai e Canadá, entre outros, trabalham com um prazo menor, de 50 anos, e por isso qualquer obra de autoria de artistas como o francês Marcel Duchamp ou personalidades como os norte-americanos Martin Luther King e Robert F. Kennedy podem ser copiadas, transformadas, comercializadas, traduzidas sem a autorização de seus descendentes desde 1º de janeiro, nestes países. O porém dessa questão é o transtorno para a comercialização em países onde os **direitos autorais** vigoram por 70 anos.

Estados Unidos e a 'proteção' ao Mickey Mouse Primeira animação com Mickey Mouse seria uma das responsáveis pelos Estados Unidos passarem 20 anos sem novas obras em domínio público ()

Ainda há um terceiro grupo, que determina o fim dos **direitos autorais** pela data da obra em si, e é aí que entra a confusão do copyright nos Estados Unidos, que passaram 20 anos sem nenhuma obra entrando em domínio público. Tudo por conta da chamada "Lei de proteção ao Mickey Mouse", aprovada pelo

Continuação: Obras de Monteiro Lobato e outros grandes entram em domínio público

Congresso americano em 1998 após um forte lobby das grandes corporações de mídia, em especial a Disney, e que estendeu os **direitos autorais** por mais 20 anos. O Copyright Act, de 1976, estabelecia que os **direitos autorais** valiam até 50 anos depois da morte do autor (ou coautores), e um máximo de 75 anos para copyrights pré-existentes. Com isso, a primeira animação estrelada pelo Mickey Mouse ("Steamboat Willie", de 1928) cairia em domínio público em 2004, e graças à nova legislação passou para 1º de janeiro de 2024, 95 anos (novo limite de copyright) depois de seu lançamento. Mas que fique claro: a Disney continua dona do Mickey Mouse, mas o visual do ratinho que apareceu no desenho animado e a produção em si cairão em domínio público daqui a cinco anos.

Isso provocou um rombo temporal em território norte-americano, pois apenas obras lançadas até 1922 estavam livres da cobrança de **direitos autorais**. Com o fim da "moratória" de duas décadas, os Estados Unidos viram cair em domínio público no último dia 1º obras lançadas/publicadas em 1923, como os livros "Three stories and ten poems" (Ernest Hemingway); "The great american novel" e "Spring and all", de William Carlos Williams; "Ronda grotesca" (Aldous Huxley); "Canguru" (D. H. Lawrence); "New Hampshire" (Robert Frost); "O profeta" (Kahlil Gibran); "Assassinato no campo de golfe" (Agatha Christie); filmes como a primeira versão de "Os dez mandamentos"; "Casamento ou luxo?" e "O peregrino", estrelados por Charles Chaplin; "Nossa hospitalidade", com Buster Keaton; mais obras de arte produzidas no mesmo ano por Henri Matisse, Pablo Picasso, Man Ray, Paul Klee, Marcel Duchamp, M. C. Escher, Wassily Kandinsky e Max Ernst, entre outros.

Assim como aconteceu com o famoso rato criado por Walt Disney, a "Lei de proteção ao Mickey Mouse" prolongou os **direitos autorais** de outros personagens e obras, mas alguns deles já estão próximos novamente do domínio público nos Estados Unidos. São os casos do marinheiro Popeye (2024) e do ro-

mance "O grande Gatsby" (2021), de F. Scott Fitzgerald. Bem mais para frente, porém, estão a canção "Parabéns pra você" (2031), o filme "Psicose" (2056), de Alfred Hitchcock, ou o Quarteto Fantástico da Marvel (2057). E também existem casos de produções audiovisuais que nunca tiveram os copyrights registrados ou cujos direitos caducaram antes da mudança, como os filmes "A noite dos mortos-vivos" (1968) e a versão de 1960 de "A pequena loja dos horrores", além das séries "Merrie melodies" e "Looney Tunes", da Warner Bros.

via GIPHY

Liberdade, oportunidade e zumbis?

Obras e personagens em domínio público não significam necessariamente que estes entrarão em um frenesi de republicações, cópias, recriações, adaptações ou novos trabalhos inspirados por eles. Um estudo feito nesta década pelo Congresso norte-americano aponta que apenas 2% das obras com mais de 55 anos possuem ainda algum valor comercial, fazendo com que os 98% restantes se tornem virtualmente inacessíveis ao público por questões de capitalismo mesmo, graças à necessidade das grandes corporações em preservar suas galinhas dos ovos de ouro.

Mas os 2% rendem não apenas o retorno ao original, como também recriações das mais diversas. Personagens como Sherlock Holmes aparecem em diferentes encarnações em séries de TV e filmes, interpretado por atores como Ian McKellen, Benedict Cumberbatch e Robert Downey Jr.. Outro exemplo é a série em quadrinhos "A Liga Extraordinária", de Alan Moore e Kevin O'Neill, estrelada por personagens como Capitão Nemo, Allan Quartermain, o Homem Invisível e Dr. Jekyll/Mr. Hyde, entre outros. E não dá para esquecer da mistura da literatura clássica com terror e ficção científica a partir das obras de Jane Austen e Machado de Assis, casos de "Orgulho e preconceito e zumbis" e "Dom Casmurro e os discos voadores".

Continuação: Obras de Monteiro Lobato e outros grandes entram em domínio público

## Monteiro Lobato e a polêmica do racismo

Quanto a Monteiro Lobato, um dos mais populares escritores brasileiros do século passado, só o tempo dirá o que vai acontecer. O autor segue popular setenta anos após sua morte, tendo mais de quatro milhões de exemplares de seus livros vendidos na última década. Algumas editoras, entretanto, já têm se movimentado e planejam publicar os clássicos do escritor a partir de agora. Não se viu, porém, nenhuma notícia a respeito de livros inéditos com a turma do Sítio do Picapau Amarelo, novas séries de TV, filmes ou histórias inspiradas em mestres do terror como H. P. Lovecraft, com pegada steampunk ou cyberpunk, sem contar improváveis crossovers como "Cuca versus X-Men", "Predador contra o Marquês de Rabicó" ou "Emília e a Turma da Mônica", só para atizar a imaginação de algum escritor ou quadrinista "desocupado".

Para Alexandre Faria, canais alternativos podem criar versões interessantes

Para o professor Alexandre Faria, da Faculdade de Letras da UFJF, o fato de a obra de Monteiro Lobato ter se tornado de domínio público não é garantia que haverá uma correria por republicações, novos livros, renovação de leitores ou simples interesse em geral. De acordo com ele, a liberação dos direitos não representa necessariamente algo positivo para recriação. "Quando a obra é boa, tem potencial, ela é recriada e adaptada inclusive na vigência dos **direitos autorais**, e o autor é remunerado por isso", argumenta. "O que percebemos com o domínio público é que ele é apenas uma possibilidade de ter mais ações editoriais sobre aquela obra, mas não significa que essas ações são positivas. Você tem uma grande quantidade de editoras que lançam mão do domínio público para fazer edições baratas e comercialmente

viáveis, mas não necessariamente com uma 'qualidade'. Quanto à possibilidade de adaptação e apropriação por outras mídias, principalmente as eletrônicas, a internet, é possível que nos canais alternativos as pessoas possam fazer coisas bacanas, bem legais, sem ter essa preocupação que existe hoje de pagamento de **direitos autorais**."

Livros como 'Caçadas de Pedrinho' poderiam ganhar versões com alterações em trechos considerados racistas ()

O professor Alexandre tem uma posição ponderada quanto à questão de mudanças nos textos originais de Monteiro Lobato, tema surgido há alguns anos quando trechos considerados racistas (como os que comparam Tia Nastácia a uma macaca) fizeram com que muitos defendessem que "Caçadas de Pedrinho" não fosse mais distribuído nas escolas, ou que houvesse alterações que apagassem o viés racista mostrado nos livros. Com a obra do escritor paulista em domínio público, o tema volta à baila.

Alexandre Faria reconhece que é uma questão polêmica e, apesar de entender quem defenda essas mudanças - ainda que pontuais -, o professor acredita que essas modificações acabam por se tornar ideológicas e descaracterizam a obra na perspectiva histórica que se deveria ter, "ainda que não se recomende o livro ou que se reescreva e coloque outro nome de autor ou um título adaptado."

"Eu acho que, se colocada no mercado com o mesmo título e nome do autor, a obra deve ser mantida em sua integralidade. No máximo essas mudanças deveriam ser indicadas com 'alterações feitas por fulano de tal', por envolver uma autoria. E quem seria o autor da mudança? O editor que não assina? Acho que aí você sai de um lugar para uma ausência ab-

Continuação: Obras de Monteiro Lobato e outros grandes entram em domínio público

soluta de autoria. É bastante complicado esse tipo de uso, de interferência, de transformação. Não quero com isso negar que a obra seja racista, ela é racista, mas não vai salvá-la de ser racista tirar esse trecho. Não adianta querer reinventar o Monteiro Lobato numa época em que ele não viveu. Isso seria negar a pró-

pria perspectiva histórica, a própria época."



## Responsável por recordes em apreensões, Receita Federal e seus servidores enfrentam cenário de desvalorização

"Que 2019 seja um ano no qual a Receita Federal do Brasil seja respeitada pela sua missão e por seus valores, ao exercer a Administração Tributária e Aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade, com integridade, lealdade, legalidade, profissionalismo e transparência"

Antônio Geraldo de Oliveira Seixas\*

No ano de 2017, a Receita Federal do Brasil (RFB) apreendeu um total de R\$ 2,3 bilhões em mercadorias nas ações de combate ao contrabando, ao descaminho e à **pirataria**. Em 2018, o resultado se aproximou de R\$ 3 bilhões - o maior na história do órgão, desde a sua criação. Embora seja responsável por estes e outros importantes resultados que impactam positivamente a economia e a segurança pública do País, a Receita Federal vem sofrendo diversas limitações, que prejudicam o trabalho desempenhado por seus servidores e comprometem as ações de vigilância e repressão conduzidas pelo órgão.

A Aduana brasileira também tem alcançado resultados cada vez mais expressivos no âmbito do combate ao tráfico internacional de drogas. Em todo o ano de 2017, foram apreendidas 18,07 toneladas de cocaína - resultado ultrapassado em 2018, quando foram apreendidas 29,7 toneladas da droga de janeiro a novembro, em trabalhos de rotina da Receita Federal durante o período. De janeiro a julho do ano passado, a apreensão de cocaína nos maiores portos do País alcançou a média de 66 quilos por dia, sendo o maior volume diário de apreensões da droga registrado na última década.

As ações da Receita Federal contra os ilícitos no comércio internacional são fundamentais para proteger a economia do País, pois os produtos descaminhados e contrabandeados comercializados nas ruas pro-

movem a concorrência desleal, causam prejuízos aos empregos formais, afetam a arrecadação de tributos e podem ser uma forma de financiamento do crime organizado. Para promover um ambiente de negócios mais seguro no Brasil, a Receita Federal também exerce um papel fundamental no âmbito da segurança pública retirando toneladas de drogas de circulação, a partir da atuação dos Analistas-Tributários nas atividades de vigilância e repressão, análise de risco, vistoria de mercadorias, cargas e bagagens.

Cabe esclarecer que ao promover o controle de cargas, mercadorias, bagagens e veículos nos portos e aeroportos e postos de fronteira terrestre, a Receita Federal se depara com grandes quantidades de drogas ilícitas, como maconha, cocaína, crack, ecstasy, LSD e outras. Essa situação ocorre pelo fato de que essas drogas são encontradas, pelos Analistas-Tributários, escondidas em contêineres e veículos, camufladas em bagagens e produtos, embarcadas sorrateiramente em navios e até mesmo ocultas em pedras de granito destinadas ao exterior.

A atuação da Receita Federal no Brasil, assim como nas demais economias em desenvolvimento e nos países desenvolvidos, reflete o atual entendimento de que as administrações aduaneiras passaram a ter um papel ainda mais importante no enfrentamento de ameaças à segurança internacional, representadas pelo tráfico internacional de drogas, de pessoas, de armas e munições, pelos crimes de contrabando, descaminho, evasão de divisas e o terrorismo. Todas essas ameaças são difusas, promovidas por atores não estatais e não se encontram mais delimitadas às fronteiras das nações.

Apesar dos seus excelentes resultados, a Receita Federal vem sofrendo várias limitações na sua atuação,

Continuação: Responsável por recordes em apreensões, Receita Federal e seus servidores enfrentam cenário de desvalorização

principalmente com o quadro reduzido de servidores. Hoje, a Receita Federal possui 977 Analistas-Tributários responsáveis pelo controle de todo o fluxo do comércio internacional brasileiro, envolvendo uma movimentação de milhões de toneladas de cargas de importação e exportação nos portos, aeroportos e rodovias do País, sem contar com o trânsito de veículos e pessoas.

Para piorar a situação da fiscalização e controle aduaneiro realizados pelos Analistas-Tributários, uma resolução ANAC determinou a inspeção obrigatória dos servidores que trabalham nas áreas de segurança dos aeroportos, comprometendo a agilidade das atividades desenvolvidas pela Receita Federal. O problema remonta ao ano de 2013, quando foi editada a Resolução ANAC 278, de 10/07/2013, submetendo os Analistas-Tributários a múltiplas inspeções de segurança diariamente ao entrarem nas áreas alfandegadas dos aeroportos internacionais, comprometendo o exercício das atividades incumbidas à Receita Federal, diretamente relacionadas ao combate ao contrabando, descaminho e tráfico internacional de drogas e armas. A fiscalização sendo realizada por terceirizados, observando que o alfandegamento dos aeroportos internacionais é concedido pela própria Receita Federal do Brasil, permitindo que nesses locais ocorram atividades relacionadas ao comércio internacional, são as chamadas Zonas Primárias.

Nas Zonas Primárias, o artigo 35 do Decreto-Lei 37/1966 determina que em tudo o que interessar à fiscalização aduaneira a autoridade aduaneira tem pre-

cedência sobre as demais que ali exercem suas atribuições. Ou seja, é extremamente incompreensível os Analistas-Tributários serem vistoriados no momento em que adentrem nas áreas aeroportuárias durante sua jornada de trabalho. A precedência citada consta no texto do inciso XVIII, do artigo 37, da Constituição Federal, determinando que a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei.

Diante de resultados tão expressivos de sua atuação em 2018, a Receita Federal do Brasil inicia o ano de 2019 com a apreensão de 760 quilos de cloridrato de cocaína no porto de Paranaguá/PR. A droga estava escondida dentro de um contêiner em caixas que continham carne congelada de frango destinadas à exportação. A apreensão demonstra o comprometimento dos Analistas-Tributários com suas atribuições, mesmo sofrendo várias ações que desrespeitam a importância da Aduana brasileira para sociedade.

Que 2019 seja um ano no qual a Receita Federal do Brasil seja respeitada pela sua missão e por seus valores, ao exercer a Administração Tributária e Aduaneira com justiça fiscal e respeito ao cidadão, em benefício da sociedade, com integridade, lealdade, legalidade, profissionalismo e transparência.

\* Antônio Geraldo de Oliveira Seixas - presidente do Sindireceita.

## Índice remissivo de assuntos

**Propriedade Intelectual**

3

**Marcas**

4

**Patentes**

4

**Direitos Autorais**

5

**Pirataria**

9